



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	
Divisão de Apoio às Comissões	
CAM	
Nº Único	568848
Entrada / Cartão nº	70
Data	16/02/2017

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Agricultura e Mar

Deputado Joaquim Barreto

*Afura & In
Manim & de
de penhas &
Comissas de 21/02/2017*

21/02/2017

Assembleia da República, 16 de fevereiro de 2017

Assunto: Audição da comissão administrativa criada para acompanhamento do processo de regularização das dívidas da Casa do Douro sobre a sua atividade e sobre os pagamentos das dívidas aos trabalhadores da Casa do Douro

O processo de destruição da Casa do Douro, fruto da ação de sucessivos governos, teve desenvolvimento determinado com o anterior governo PSD/CDS. Com a destruição da instituição representativa da produção na Região Demarcada do Douro (RDD), essa representação no Conselho interprofissional foi entregue a uma entidade constituída para ao efeito, à qual foi também permitido que se apossasse da sede da Casa do Douro. Contudo o problema utilizado como argumento para a atuação do PSD/CDS – as dívidas da Casa do Douro (incluindo as dívidas aos trabalhadores) –, continua por resolver.

Na presente legislatura a Assembleia da República produziu legislação que permitiu ao Governo criar uma comissão administrativa para administrar e gerir o património da Casa do Douro no decurso do processo de regularização das dívidas e criou os mecanismos que permitem resolver o problema das dívidas aos trabalhadores. A mesma legislação obriga a comissão administrativa a prestar contas da sua atividade, nomeadamente através da produção de relatórios. A lei entrou em vigor em 25 de junho de 2016 e até agora não se conhecem oficialmente resultados da ação da comissão administrativa.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Em audição do Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural foi afirmado que os salários em atraso estavam a ser pagos. Esta informação é contrariada por trabalhadores que afirmam ainda não terem recebido.

Posto isto, entende o PCP que é preciso clarificar as contradições e esclarecer a Assembleia da República sobre o ponto da situação da atividade da comissão administrativa.

Assim, o Grupo Parlamentar do PCP requer a **audição da Comissão Administrativa responsável pelo processo de regularização das dívidas da Casa do Douro**, criada ao abrigo da Lei nº 19/2016, de 24 de junho.

O Deputado

João Ramos